

Estudo Técnico Preliminar 76/2023



1. Informações Básicas

Número do processo: 64592.000915/2023-B0

2. Descrição da necessidade

2.1. O objeto desta licitação é aquisição de Insumos, Órteses, Próteses e Material Especial (OPME) para atender às necessidades do Centro Cirúrgico do HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL (HGU/N) nas especialidades: Cirurgia Vascular, Cirurgia Geral, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Urologia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

CAP JOSÉ MAURO DA SILVA MELO Presidente

1º Ten VITOR LANG BOECH Membro

3º Sgt BRUNO DE OLIVEIRA MARTINS membro

2.3. Segue anexado o mapa comparativo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro Cirúrgico	Ana Christina Amaral Lopes Vieira - TC

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Entregar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência/Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 e 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.4. Fornecer amostra do material, quando solicitado, para ser analisado pela Equipe Técnica que irá homologar o parecer técnico de conformidade;

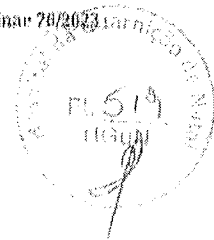
4.5. Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4

1 de 8



5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi baseado na diversidade de empresas capazes de disponibilizar os bens, no mercado brasileiro, através da média de preço no site do Painel de preços <https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/analise-materiais> e através da busca em sites especializados, outros órgãos públicos, sites oficiais e empresas locais.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Deverá ser realizada licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital.

6.2. A utilização do SRP permite que as contratações obedeçam às necessidades decorrentes a medida que haja a necessidade.

6.3. De acordo com o decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em seu Art. 1º, as contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto:

6.3. Em seu Art. 3º, o referido decreto explicita que O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarifa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

6.4. Há a necessidade da licitação apresentar LOTE/GRUPO, em virtude da incompatibilidade técnica dos componentes dos materiais produzidos por diferentes fabricantes, ou seja, tem de haver compatibilidade entre os objetos utilizados para o perfeito encaixe dos componentes.

6.5. Os materiais de mesma aplicação clínica e mesma composição, porém, divergentes apenas nos tamanhos deverão ser adquiridos de um único fabricante, pois, a escolha do tamanho depende de cada caso, muitas vezes sendo definidos no momento da cirurgia.

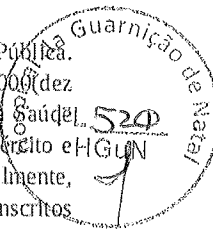
6.6. Visando a proteção do paciente, há também a possibilidade de se ter que atribuir responsabilidade em caso de defeito de fabricação ou situações por problemas causados pela má qualidade do material utilizado na cirurgia.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A razão da necessidade da aquisição: O funcionamento das atividades fim e meio das Organizações Militares da Guanização do Nodal, exigem da Administração uma constante preocupação com a correta gestão dos estoques de todas as classes de suprimentos, mantendo seus níveis compatíveis com a continuidade de suas rotinas operacionais. Para tal, esta Unidade Gestora vem recebendo regularmente provisões orçamentárias específicas para eventual aquisição de materiais médico-hospitalares, mobiliário geral, além de Órteses, Próteses e Material Especial que é objeto da presente licitação,

2 de 8

demandando fiel observância aos preceitos legais que regem as compras governamentais na Administração Pública. Baseado em informações do CADBEN, o Hospital de Guarnição de Natal possui um público-alvo superior a 10.000 (dez mil) usuários, abrangendo os beneficiários do Fundo de Saúde do Exército – FUSEx, Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército – PASS e do Sistema de Atendimento Médico aos militares do Exército e seus dependentes – SAMMED, Sistema de Atendimento aos militares Ex-combatentes (SAMEX-CMB) e, eventualmente, militares e dependentes das outras Forças Armadas e militares das Nações Amigas do Brasil, como também aos conscritos (soldados do Efetivo Variável), que incorporam anualmente nas diversas Organizações Militares da Guarnição.



7.2. A quantidade média de procedimentos, registrados no Sistema de Registro dos Encaminhamentos - SIRE, realizados durante o ano de 2022 foram de 2.704 (dois mil setecentos e quatro) procedimentos/mês com valor total de R\$ 2.172.612,49 (dois milhões, cento e setenta e dois mil, seiscentos e doze reais e quarenta e nove centavos). As quantidades solicitadas e descritivos foram analisadas e aprovados pela Chefia do Centro Cirúrgico e especialidades: Cirurgia Vascular, Cirurgia Geral, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Urologia do HGuN.

7.3. Segue anexado documento com estimativa de quantitativo das Órteses, Próteses e Material Especial (OPME) das especialidades: Cirurgia Vascular, Cirurgia Geral, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Urologia, além de insumos em geral para atender às necessidades do Centro Cirúrgico do HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL (HGuN).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor R\$ (15.373.874,00)

8.1. O valor de referência de cada item do processo licitatório corresponde a média de três valores que foram obtidos através do site "<https://painel.de.preços.planejamento.gov.br>" e também orçamentos enviados pelas empresas, em cumprimento à Lei 8.666/93 e atendendo ao disposto na IN 73/2020 do Ministério da Economia / Secretaria Especial de Desburocratização. da contratação foi mensurado, obtendo-se o valor médio de cada item a ser licitado, em seguida a média obtida foi multiplicada pelo quantitativo estimado, alcançando-se assim ao valor total individual.

8.2. O custo total estimado da contratação é de R\$ 15.373.874,00 (quinze milhões, trezentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais).

8.3. Segue anexado mapa comparativo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E DA QUANTIDADE PRETENDIDA

O serviço do Centro Cirúrgico é uma necessidade contínua dentro do Hospital de Guarnição de Natal (HGuN), atendendo todos os militares e seus dependentes dessa guarnição. O centro cirúrgico realiza cirurgias de várias Especialidades como cirurgia geral, cirurgia vascular, cirurgia da ortopedia, oftalmologia, urologia e pequenas cirurgias. O suprimento deste insumos de materiais Especiais é necessário para não haver descontinuidade do serviço prestado, o que afetaria diretamente a capacidade de atendimento do HGuN. Se porventura o Centro Cirúrgico não tiver suprido com os insumos adequados, o corpo clínico desta unidade de saúde não terá capacidade de tomar decisões sobre a conduta cirúrgica com o paciente e também acarretará em um aumento de encaminhamentos de pacientes para realizarem cirurgias em OCS, onde o custo será consideravelmente maior, sobrecarregando financeiramente o FUSEx.

9.2. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DE PREGÃO

O artigo 3º do Decreto 3.555/2000 prevê que os contratos celebrados pela União, para a aquisição de bens e serviço comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a comprar mais econômica, segura e eficiente.

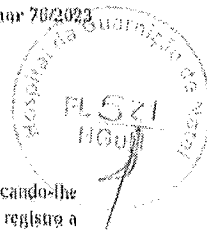
9.3. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Lei 8.666/93, em seu artigo 15º, inciso II, estabelece que as compras, sempre que possível, sejam processada através do sistema de registro de preços. Quanto à eventual aquisição de insumos de materiais Especial para cirurgias, o sistema de registro de preços proporciona inúmeras vantagens. Evidenciamos algumas que vão ao encontro dos interesses desta OMS:

Ata de Registro de Preços não é um contrato, equivale a um termo de compromisso;

A contratação ocorre quando do surgimento da necessidade;

MSM
3



Não obriga a aquisição da totalidade dos bens/serviços;

Necessidade de disponibilização de orçamento apenas quando da contratação;

A existência de preços registrados NÃO OBRIGA a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições;

Validade da Ata de Registro de Preços como modalidade, ampara-se no art. 3, do Decreto 7.892/2013:

art 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I- quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II- quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III- quando for conveniente a aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV- quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso concreto, as hipóteses autorizadoras específicas em que se enquadram este processo são as dos dois casos I, II e IV, respectivamente:

- as contratações se darão conforme as necessidades demandadas;

- Necessidade de entregas parceladas pois a contratação ocorre quando do surgimento da necessidade;

- Quantitativo que não se pode definir previamente com exatidão; e o SRP não obriga a aquisição da totalidade dos bens/serviço.

9.4. JUSTIFICATIVA PARA PESQUISA DE PREÇO

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Instrução Normativa Nº 79, de 03 de agosto de 2020, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preço para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, cabendo transcrever o seguinte:

Art. 3º A pesquisa de preço será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I- identificação do agente responsável pela cotação;

II- caracterização das fontes consultadas;

III- série de preços cotados;

IV- método matemático aplicado para a definição do valor estimado; e

V- justificativas para metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

Art. 4º Na pesquisa de preço, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

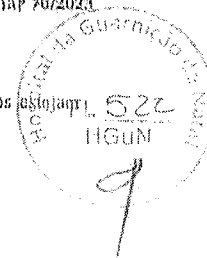
Art. 5º A pesquisa de preço para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para aquisição e contratação de serviço em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma cumulativa ou não:

I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações reflitam-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II- aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III- dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sites eletrônicos Especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

MM
4 de 8



IV- pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II

[...]

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 3º Os preços máximos a ser analisados de forma crítica, em especial, com base em menor de três preços, desde que devidamente justificado nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente.

[...]

art. 10. O preço máximo a ser praticado na contratação poderá assumir valor distinto do preço estimado na pesquisa de preço feita na forma desta Instrução Normativa.

§ 1º É vedado qualquer critério estatístico ou matemático que incida a maior sobre os preços máximos.

§ 2º O preço máximo poderá ser definido a partir do preço estimado na pesquisa de preço, acrescido ou subtraído de determinado percentual, de forma justificada.

§ 3º O percentual de que trata o § 2º deve ser definido de forma a aliar a atratividade do mercado e a mitigação de risco de sobrepreço.

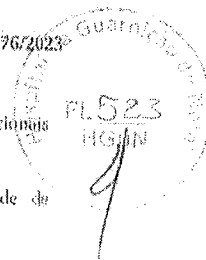
A imprescindibilidade e importância de pesquisa de preço, em fontes diversas ou cesta de preços, é sufragada pelo TCU onde "Devem ser priorizadas consultas ao portal Compras Governamentais e a contratações similares de outro ente público, em detrimento de pesquisa com fornecedores, publicadas em mídia especializada ou de domínio amplo, cuja adoção deve ser tida como prática subsidiária" (Acórdão 1445/2013-plenário, TCU34.035/2014-9, Relator Ministro Vidal do Rêgo, 10.6.2015) (grifo nosso).

Não foi utilizado o parâmetro II e III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo - tendo em vista a aquisição não ser comercializada por estes meios. Foram utilizadas, como metodologia para obtenção do Preço de Referência para a contratação, a média obtida no Painel de Preço e fornecedores, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados. A pesquisa realizada alcançou a economicidade/razoabilidade da contratação, conforme a realidade dos preços praticados no mercado.

9.5. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS.

O art. 49 da Lei Complementar no 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. A súmula 247 do Tribunal de Conta da União afasta a obrigatoriedade do parcelamento, prevista no art. 23 da Lei 866/93 - fator que se uzou na ampliação do número de competidores - em hipóteses que representem prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto. A Lei complementar 123/06 tem por incompatível com o interesse público, a exclusividade de participação de entidades de menor porte em licitação cujo valor estimado não supere R\$ 80.000,00, sempre que a administração verifique o risco de prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Ressaltamos que, as pequenas e microempresas não contam, em equivalência, às empresas de médio e grande porte, com estruturas e capacidade técnica para atender a determinada demanda. Assim, mesmo que o valor estimado da licitação seja inferior a R\$ 80.000,00, a administração necessita ampliar a participação para entidades de grande e médio porte, e a exclusiva participação de micro e pequenas empresas contém risco de prejuízo à satisfatória execução do conjunto do objeto.

Com base no exposto acima e no disposto no Artigo 10º do Decreto no 8.538, de 6 de outubro de 2015, optou-se pela não realização desta licitação com exclusividade para microempresas de pequeno porte e cooperativas em razão dos motivos técnicos que se seguem:



- 1) Caso se priorizasse apenas as ME, EPP e Cooperativas estaríamos deixando de fora do processo licitatório empresas nacionais que são consideradas referência no fornecimento dos produtos objeto da presente licitação;
- 2) O objeto da presente licitação é a aquisição de insumos do Centro Cirúrgico de forma PARCELADA, com a finalidade de suprir as necessidades deste órgão gerenciador;
- 3) por tratar-se de produtos imprescindíveis e serem utilizados em âmbito hospitalar, da logística de entrega dos mesmos até do mesmo da não realização do pregão, por força de Decisão Judicial, não é possível trabalhar com possibilidade de risco de morte aos usuários;
- 4) A cadeia de abastecimento do objeto desta licitação envolve grandes fabricantes nacionais e internacionais capazes, inclusive, possibilidade real de atender as Unidades de Federação englobadas no registro de preços;
- 5) A questão DA HABILITAÇÃO também merece consideração, visto que fornecedores mais estruturados e de maior porte conseguem mais facilmente manter suas comprovações vigentes, uma vez que as mesmas condições de habilitação deverão ser mantidas por 12 meses, sem acarretar prejuízo nas aquisições imprescindíveis, para as Unidades Administrativas de Serviço Gerais (UASG).

Contar com atrasos e, até mesmo, falta no fornecimento, compromete a segurança do processo assistencial e aumenta a probabilidade de erros na conduta clínica do paciente. Em geral, os custos com assistência à saúde são aumentados devido ao emprego de alternativas mais dispendiosas. Portanto, a garantia de um fornecimento eficaz e eficiente reduz o impacto assistencial e econômico e não sobrecarrega os serviços terapêuticos dos estabelecimentos de saúde. Adotada a premissa de que o decreto não pode ir além da lei e que, portanto, cabe à administração decidir, em cada caso, se a licitação será ou não exclusivamente reservada à participação daquelas empresas, segue-se a consequência de que tal opção há de ancorar-se em fundadas razões, devendo a Administração explicitar os respectivos motivos determinantes, caso venha afastar a exclusividade, como de fato foi feito nessa justificativa.

9.6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em regra conforme § 1º do art. 23 da lei 8.666/93, as obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Na presente demanda, não é vislumbrado, no momento, a possibilidade de adoção de parcelamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No escopo do Termo de Referência como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado. No entanto, algumas ações podem vir a surgir entre o Órgão gerenciador da Ata e demais órgãos participantes, tais como transferência de quantitativo a ser empenhado.

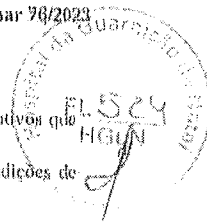
11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A Contratação deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de referência/Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1. elevar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, devendo os bens terem prazo de validade de no mínimo 70% do prazo total fixado pelo fabricante ou fornecedor;

11.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

11.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou



defeitos:

11.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.1.7 fornecer amostra do material, quando solicitado, para ser analisado pela Equipe Técnica que irá homologar o parecer técnico de conformidade.

11.1.8 Órgãos Participantes e Não Participantes: tendo em vista a necessidade urgente no processo administrativo/licitatório, não será abertos a participantes a outros órgãos

12. Resultados Pretendidos

12.1. Atender o Plano de Gestão do Hospital de Guarani de Natal estabelecido pelo Comando da 7ª Região Militar e Comando Militar do Nordeste. Seguindo os objetivos estratégico;

12.1.1 Atender as necessidades do Hospital de Guarani de Natal no que tange as Cirurgias da Vascular, Geral, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e urologia;

12.3. Diminuir a quantidade de pacientes encaminhados para outras instituições, demandando mais recursos;

12.4. Na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, almeja-se atingir economicidade, eficácia e eficiência com a contratação, bem como o melhor aproveitamento dos recursos materiais, ao se estipular normas e critérios de aceitação do objeto.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Nos termos do art. 67 Lei no 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei no 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Com a finalidade de evitar qualquer impacto ambiental ou danos à saúde dos pacientes e ou profissionais da área hospitalar, executamos os procedimentos do plano de gerenciamento de resíduos de Serviço de Saúde (PCRSS) do Hospital.

15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Consoante o inciso XIII, art 7º da Lei 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.


JOSE MAURO DA SILVA MELO
CAP-PRESIDENTE


BRUNO DE OLIVEIRA MARTINS
3º Sgt-MEMBRO DA EQUIPE


VITOR LANG BOECH
1º TEN-MEMBRO DA EQUIPE


ANDREA GUIMARAES GURUHL
TEN CEL-ORDENADOR DE DESPESA

525
HGUIN
4